



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL
 Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0007290-96.2016.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **IP - 122/2016 - 3º Distrito Policial de Araraquara**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Vinicius de Vasconcelos Bueno**
 Artigo da Denúncia: **Art. 157 "caput" do(a) CP**

Justiça Gratuita

Em 28 de novembro de 2018, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal, na Comarca de Araraquara, no Foro de Araraquara, Estado de São Paulo, presentes a Excelentíssima Sra. Dra. **Adriana Albergueti Albano**, MM. Juíza de Direito, a representante do Ministério Público, **Dra. Morgana Budin Demetrio**, ausente o réu Vinicius de Vasconcelos Bueno, presente o Defensor Público, Dr. **João Finkler Filho**. Iniciados os trabalhos, pela MM. Juíza foi decretada a revelia do réu. **Pelas partes nenhuma diligência foi requerida**. Após, não havendo mais provas a serem produzidas, pela MM. Juíza foi dito que dava por encerrada a instrução processual. **Dada a palavra à Promotora de Justiça, assim se manifestou: "VINICIUS DE VASCONCELOS BUENO** é processado por violar o art. 157, parágrafo 3, do Código Penal; na madrugada de 25 de março de 2016, na avenida Pablo Picasso, nº 40, Jardim São Rafael, mediante o uso de violência consistente em golpes de capacete, de garrafa e socos, subtraiu para si uma motocicleta da marca Honda, Modelo CG 150 Titan EDS, Placa DJY-9524, de Araraquara/SP, documentos pessoais, um aparelho celular da marca Samsung, Modelo Galaxy Duos Preto e a quantia de R\$ 70,00 em pecúnia, todos bens pertencentes à vítima *Claudemir Trindade de Almeida*. Segundo apurado nos autos, na data dos fatos, a vítima, que trabalha como motaxista, foi solicitada para fazer uma corrida pelo acusado (descrito como indivíduo alto, de cor preta, fisicamente gordo, com tatuagens nas mãos e nos pés), até a Rua dos Eletricitários. A vítima, então, conduziu o elemento, sendo certo que já no bairro, próximo a empresa Iesa, ele solicitou à vítima que entrasse em um desvio e mesmo com a moto em movimento, ele a agrediu com um golpe de capacete na cabeça, sacando de uma garrafa quebrada que trazia no bolso, que também utilizou para agredir a vítima.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Tal fato provocou a queda de Claudemir, mas mesmo com a vítima ao solo e tendo a moto sobre suas pernas, o réu voltou a agredi-la com golpes de capacete, socos, pontapés e com “garrafadas”, deixando-a quase desacordada no local, momento em que subtraiu todos os bens acima e se evadiu. O réu se fez revel em juízo. Ouvida a vítima Claudenir, ela atestou que trabalhava no mototaxi, como bico e ali compareceu o réu, que a contratou para um serviço; foi seguindo o caminho determinado pelo acusado até que em determinado momento ele lhe desferiu um golpe com capacete, derrubando-o; ele sacou de um objeto, acreditando que se tratava de uma garrafa e o lesionou gravemente, tendo inclusive, perdido um pedaço da orelha; subtraiu-lhe os bens descritos na denúncia, os quais não foram recuperados; o réu é negro, alto, grande, gordo e barrigudo, com várias tatuagens no corpo; nesta audiência, reconheceu o réu por fotografia; ainda, reconheceu pessoalmente o acusado postado ao lado de dois outros elementos, ostentando o número 02, como sendo o autor do crime. A testemunha Idelvan foi inquirida por precatória e na Delegacia informou ter reconhecido o acusado como a pessoa que compareceu ao mototaxi e solicitou uma corrida à vítima; posteriormente, tomou conhecimento do crime contra a vítima cometido (conforme fls. 14, 15 e 179). Devido as agressões, a vítima permaneceu internada por determinado tempo, como consta do prontuário médico juntado às fls. 54/56 e sofreu lesões graves, que levaram ao aditamento à denúncia. Na delegacia, após receber alta, a vítima fez o reconhecimento fotográfico do réu, dizendo ser ele, sem sombra de dúvidas e de acordo com Relatório de investigação de fls. 08/11 e auto de reconhecimento fotográfico de fls. 13, a pessoa que praticou o roubo. Dentro desse contexto, de rigor se faz a procedência da ação penal. O acusado é primário, mas a grave natureza do crime, aliada à pena cominada, não permitem a concessão de benesses legais, devendo ser fixado o regime fechado para o início do cumprimento da pena." **A seguir, foi dada a palavra ao defensor do acusado, que assim se manifestou:** "MMa. Juíza, de início, reporto-me ao relatório fático elaborado pelo Ministério Público. Após atenta análise dos autos, de rigor a absolvição. Acerca do reconhecimento efetuado pela vítima, insta salientar que é notório e absolutamente certo que o reconhecimento pessoal é meio de prova extremamente falho, como já se evidenciou fartamente ao longo dos últimos anos, especialmente por meio da chamada “teoria das falsas memórias”. Assim sendo, não obstante a vítima tenha reconhecido os réus como autores do delito, percebe-se que há


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

uma situação que muito reduz a credibilidade desse reconhecimento, tendo em vista toda a confusão que paira sobre a forma como ocorreram os fatos. Tal situação de falta de credibilidade só se faz reforçar pelo desrespeito aos *standards* de reconhecimento postos pelo Art. 226 do Código de Processo Penal, que insanavelmente maculam a prova produzida nos presentes autos. Recorde-se que o reconhecimento ocorreu em ambiente policial, naturalmente criminógeno e estereotipante, no qual confusão acerca das pessoas responsáveis pelo delito é absolutamente plausível. Por fim, imperioso observar que a acusação não produziu qualquer outra prova que indique a alegada relação do acusado com os fatos sob apuração. Não existe nenhuma gravação da ação delituosa, ou qualquer tipo de perícia ou indicando a participação do autor na empreitada criminosa. Assim, em arremate, sobejamente demonstrada a ausência de prova robusta capaz de ensejar a condenação do acusado, inevitável sua absolvição, com fundamento no Art. 386, VII do Código de Processo Penal. No que tange à dosimetria, pugna-se pela fixação da pena-base em seu mínimo legal, ante a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis. O regime inicial deverá ser o semiaberto, na forma dos Arts. 33 e 59 do Código Penal, além das Súmulas nº 718 e 719 do Colendo Supremo Tribunal Federal e 440 do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Por fim, deverá ser reconhecido ao requerente o direito de recorrer em liberdade." **Pela MM. Juíza foi proferida a seguinte sentença: "VISTOS. VINICIUS DE VASCONCELOS BUENO**, devidamente qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 157, "caput", do Código Penal, porque, em síntese, segundo a denúncia, no dia 25 de março de 2016, na Avenida Pablo Picasso, nº 40, Jardim São Rafael, nesta cidade e comarca, o denunciado, com consciência e vontade para a realização do crime, mediante o uso de violência consistente em golpes de capacete, de garrafa e socos, subtraiu para si uma motocicleta da marca Honda, Modelo CG 150 Titan EDS, Placa DJY-9524, de Araraquara/SP, documentos pessoais, um aparelho celular da marca Samsung, Modelo Galaxy Duos Preto e a quantia de R\$ 70,00 em dinheiro, todos pertencentes à vítima Claudemir Trindade de Almeida. Segundo apurado nos autos, na data dos fatos, a vítima, que trabalha como mototaxista, foi solicitada para fazer uma corrida pelo denunciado, até a Rua dos Eletricitários. A vítima, então, conduziu o elemento, sendo certo que já no bairro, próximo à empresa Iesa, ele solicitou à vítima que entrasse em um desvio e mesmo com a moto em movimento, ele a agrediu com um golpe de capacete na


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

cabeça, sacando de uma garrafa quebrada que trazia no bolso, que também utilizou para agredir a vítima. Tal fato provocou a queda de Claudemir, mas mesmo com a vítima ao solo e tendo a moto sobre suas pernas, o denunciado voltou a agredi-la com golpes de capacete, socos, pontapés e com garrafadas, deixando-a quase desacordada no local, momento em que subtraiu todos os bens acima e se evadiu. Devido as agressões, a vítima permaneceu internada por determinado tempo, como consta do prontuário médico juntado. Na delegacia, após receber alta, a vítima fez o reconhecimento fotográfico do denunciado, dizendo ser ele, sem sombra de dúvidas e, de acordo com relatório de investigação e auto de reconhecimento fotográfico, a pessoa que praticou o roubo. A testemunha Idelvan Marques Aragão, companheiro de trabalho da vítima, também formalizou o reconhecimento fotográfico do denunciado, reconhecendo-o como a pessoa que esteve no mototaxi e solicitou a corrida para a vítima. O inquérito policial teve início por portaria (fls. 02/03) e foi instruído com boletim de ocorrência (fls. 05/07); relatório de investigações (fls. 08); auto de reconhecimento fotográfico (fls. 13 e 15); pesquisa de preço do bem subtraído (fls. 36); prontuário médico de atendimento da vítima (fls. 53/55); auto de avaliação (fls. 73/74). Em decisão (fls. 98/100), foi recebida a denúncia e determinada a citação do acusado. FA juntada (fls. 109/112). O réu foi devidamente citado (fls. 132). Foi apresentada resposta à acusação (fls. 136/137). Em despacho (fls. 139), foi designada a audiência para o dia 14 de março de 2018. Laudo pericial de lesão corporal da vítima (fls. 165/166). Em audiência (fls. 179/180), foi inquirida uma vítima. Laudo pericial complementar da vítima juntado (fls. 184/188). Em despacho (fls. 213), foi designada audiência para o dia 05 de setembro de 2018, a qual não foi realizada, tendo em vista o aditamento da denúncia (fls. 225/228). Em despacho (fls. 241), foi designada a presente audiência e recebido o aditamento da denúncia. Em instrução foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. Em debates, a d. **Promotora de Justiça** requereu a procedência da ação, com a condenação do réu nos termos da denúncia e de seu aditamento, tendo em vista a prova da autoria e da materialidade, bem como da prova de que a vítima sofreu lesão corporal de natureza gravíssima. O ilustre **Defensor Público** requereu a improcedência da ação, ante a fragilidade da prova produzida. O reconhecimento do réu, feito por fotografia e pessoalmente, não pode ser considerado como prova apta a sustentar uma condenação, até porque o reconhecimento do réu feito na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL
 Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

fase policial não obedeceu o disposto no artigo 226 do Código de Processo Penal, constituindo-se em prova ilícita. No mérito requereu a absolvição do réu, ante a fragilidade da prova produzida. Na hipótese de eventual condenação, requereu a fixação da pena no mínimo legal, devendo ser fixado o regime menos rigoroso para o cumprimento da pena, observando-se os artigos 33 e 59 do Código Penal e as Súmulas 718 e 719 do STF e 440 do STJ. Por fim, requereu fosse concedido ao réu o direito de apelar em liberdade. **É o relatório. Fundamento e Decido.** A ação é de inegável procedência. O réu foi reconhecido pela vítima e pela testemunha como sendo o autor do roubo. O **reconhecimento extrajudicial, ao contrário do que sustenta a defesa, é um valioso elemento de prova que não pode ser desconsiderado.** Com efeito. O reconhecimento do réu pelas vítimas é válido. As formalidades exigidas pelo art. 226, do Cód. de Processo Penal não são obrigatórias, devendo ser observadas quando possível. O próprio Colendo Supremo Tribunal Federal já assinalou: *“Reconhecimento pessoal que mesmo sem atender rigorosamente ao disposto no art. 226 do CPP, não é de molde a ensejar a anulação da prova assim obtida (STF 238/258).* Farta também é a jurisprudência em relação à validade e suficiência do reconhecimento fotográfico, *verbis*: *“O reconhecimento fotográfico, alinhado e amparado em outros inequívocos elementos probatórios, é plenamente apto para indicação do réu e fixação da autoria delitiva.”*(Rel. S.C. Garcia RJDTCRIM 24/343). Superior Tribunal de Justiça: *“Da ilegalidade do reconhecimento fotográfico, diga-se que o seu valor probante não foi nunca recusado pela doutrina e pela jurisprudência de nossos Tribunais”* (HCnº 12.464 Rel. Min. Hamilton Carvalhido DJU 25.6.2001 p. 240). Supremo Tribunal Federal: *“A validade do reconhecimento fotográfico como meio de prova no processo penal condenatório, é inquestionável, e reveste-se de eficácia jurídica suficiente para legitimar; especialmente quando apoiado em outros elementos de convicção, como caso, a prolação de um decreto condenatório”.* (HC nº 68.610-9/DF Rel. Min. CELSO DE MELLO DJU 09.8.1991 p. 10.364). *“O reconhecimento fotográfico tem valor probante pleno quando acompanhado e reforçado por outros elementos de convicção”* (HC nº 74.267 Rel. Min. FRANCISCO REZEK DJU 28.02.1997 p. 4.064). É de reforçar que o **réu foi reconhecido pela vítima e pela testemunha Idelvan, como sendo o autor do roubo, mediante reconhecimento fotográfico de fls. 13 e 15 e reconhecimento pessoal em audiência. A par disso, a**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL
 Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

materialidade delitiva restou provada através do boletim de ocorrência (fls. 05/07); relatório de investigações (fls. 08); auto de reconhecimento fotográfico (fls. 13 e 15); pesquisa de preço do bem subtraído (fls. 36); prontuário médico de atendimento da vítima (fls. 53/55); auto de avaliação (fls. 73/74), bem como do laudo pericial de lesão corporal da vítima (fls. 165/166). **A autoria do delito deve ser imputada ao réu. Com efeito. DA VÍTIMA.** Ouvida no inquérito policial (fls. 12 e 50/51), a vítima **CLAUDEMIR TRINDADE DE ALMEIDA** disse que *no dia dos fatos, foi contratado para realizar uma corrida como mototaxista. Em um dado momento, o denunciado indicou um desvio à vítima e começou a agredi-la com golpes de capacete e uma garrafa quebrada. Com a agressão, quase perdeu os sentidos e o denunciado levou sua motocicleta, além de um celular, carteira e documentos. Na Delegacia, reconheceu o denunciado, sem sombra de dúvidas, como sendo o autor do delito. Inquirida em juízo, a vítima CLAUDEMIR TRINDADE DE ALMEIDA disse que* na data dos fatos, perto do Parque São Paulo, em frente à IESA, a vítima trabalhava como mototaxista. O réu pediu foi até o ponto de mototáxi e pediu uma corrida. O passageiro pediu que a vítima pegasse uma estrada de terra. No trajeto, o réu desferiu um golpe com capacete na cabeça da vítima, o que fez com que ela caísse no chão. O réu tentou enforçar a vítima, passou uma garrafa quebrada na sua orelha, o que fez com que ele perdesse um pedaço, provocou vários cortes na sua cabeça, teve um coágulo, na cabeça. A vítima foi socorrida e descreveu as características do réu e o reconheceu por fotografia e também pessoalmente. **DA TESTEMUNHA COMUM.** Ouvida no inquérito policial (fls. 14), a testemunha **IDELVAN SALES ARAGÃO** disse que *viu o individuo que foi até o Mototaxi e solicitou uma corrida à vítima. Na Delegacia, reconheceu o denunciado como sendo a pessoa que solicitou o serviço. Inquirida em juízo (fls. 208), IDELVAN* reconheceu o réu através da fotografia que lhe foi exibida em audiência. Na época dos fatos, Idelvan estava trabalhando em Araraquara, como mototaxista e eles revezavam as corridas. Por volta de 17h30 chegou um rapaz que pediu uma corrida. Era a vez de Idelvan, mas como ele tinha que ir à faculdade, pediu para CLAUDEMIR fazer a corrida e foi embora. Quando saiu da faculdade, seus amigos perguntaram se ele sabia quem tinha saído com Claudemir e este respondeu que era um rapaz moreno, alto, com tatuagem. Os colegas disseram que o tal passageiro tinha agredido Claudemir, inclusive provocando nele cortes com garrafa. Foram todos para a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Unimed. Claudemir estava com uma moto Honda, de cor preta. Soube que o ladrão subtraiu a moto, um aparelho celular Samsung, dinheiro, entra R\$ 70,00 a R\$ 100,00. O ladrão golpeou Claudemir com o capacete e o cortou com uma garrafa de vidro que ele trazia consigo, tendo, inclusive, cortado a orelha da vítima, a cabeça e o rosto. Claudemir contou que o ladrão pediu para fazer uma corrida e quando passaram por uma empresa, Vinicius pediu a Claudemir que fizesse outro caminho, fato que ele estranhou. Claudemir disse que o ladrão provavelmente percebeu e, então o golpeou. IDELVAN reconheceu o réu por fotografias. **DO INTERROGATÓRIO. O denunciado foi qualificado indiretamente (fls. 81/83). O réu não compareceu em juízo a fim de ser interrogado, sendo declarado revel.** Neste contexto, diante do reconhecimento da vítima, a prova da autoria é cristalina. Não há indícios de a vítima tenha incriminado um inocente. A violência exigida no tipo penal se deu com a agressão perpetrada pelo réu contra a vítima, com um golpe de capacete; o réu tentou enforcar a vítima e, por fim, cortou a orelha da mesma, provocando lesão gravíssima, provocando deformidade permanente, conforme laudo de fls. 184/188. **Neste sentido, a prova é robusta e autoriza a condenação.** A grave ameaça e violência ficaram sobejamente comprovadas pelas declarações da vítima, que foi violentamente agredida. Neste aspecto: **Grave ameaça:** *“Com efeito, para a configuração do crime de roubo é necessário haver o emprego de violência ou grave ameaça contra a vítima. Entretanto, a violência não precisa ser de tal gravidade a ponto de ensejar lesões corporais. Ademais, a grave ameaça pode ser empregada de forma velada, configurando-se, isso sim, pela reação da vítima, o que leva a permitir que o agente promova a subtração sem que a pessoa lesada nada possa fazer para impedi-lo. Por fim, é certo que a utilização de arma de fogo não é requisito para a configuração do tipo, devendo, apenas, estar comprovada a ocorrência de grave ameaça ou violência contra a vítima. Dito em outras palavras, a grave ameaça é a violência moral, a promessa de fazer mal à vítima, intimidando-a, atemorizando-a, viciando sua vontade de modo a evitar um eventual reação (Luiz Régis Prado in 'Curso de Direito Penal Brasileiro – Vol. 2', Ed. RT, 5ª edição, 2006, pág. 418). É necessário que a ameaça seja bastante para criar no espírito da vítima o fundado receio de iminente e grave mal, físico ou moral (Nelson Hungria in 'Comentários ao Código Penal – Vol. VII', Ed. Forense, 4ª edição, 1980, pág. 54). Não se exige, contudo, o propósito, por parte do agente, de cumprir verdadeiramente*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

a ameaça, nem que ela possa ser cumprida, basta que, no caso concreto, ela seja idônea para constranger e intimidar o ofendido (Heleno Cláudio Fragoso in 'Lições de Direito Penal – Parte Especial – Vol. 1', Ed. Forense, 11ª edição, 1995, pág. 20). Ainda, fatores ligados à vítima (v.g.: sexo, idade, condição social e de saúde, etc.) devem, no caso concreto, serem sopesados para que se possa aquilatar o grau de temibilidade proporcionado pela conduta do agente (STJ, REsp 951.841/SP, 5ª T., DJ 12-11-2007)” (STJ, REsp 1.031.249/RS, 5ª T., rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 19-2-2009). **Em crimes desta natureza, a palavra da vítima assume especial relevância:** “No campo probatório, a palavra da vítima de um roubo é sumamente valiosa, pois, incidindo sobre proceder desconhecidos, seu único interesse é apontar os verdadeiros culpados e narrar-lhes a atuação e não acusar inocentes” (RT 484/320). “Mostra-se suficiente à condenação pela prática de roubo a palavra da vítima que, segura e coerentemente, indica e reconhece o autor” (RJDTACrimSP 2/135). “Perante divergência frontal entre a palavra da vítima e a do acusado, de se dar prevalência à do sujeito passivo, pois, visando este apenas recuperação do que lhe foi subtraído e incidindo a sua palavra sobre proceder de desconhecidos, seu único interesse é apontar os verdadeiros culpados e narrar-lhes a atuação e não acusar inocentes. Impõe-se a solução condenatória, máxime quando se trata de réu com antecedentes policiais” (JTACrimSP 44/437). Provadas restaram a materialidade e autoria do delito. A condenação, nos termos da denúncia, é medida imperiosa. O réu é tecnicamente primário. Passo a fixar a pena. Atendendo ao consubstanciado no artigo 59 do Código Penal, não sendo totalmente desfavoráveis as condições genéricas, a despeito de ser o réu registrar uma condenação por furto, sem trânsito em julgado, conforme certidão de fls. 158; considerando, ainda, que as consequências do crime constituem tipo penal diverso do que consta da denúncia, conforme aditamento, fixo a pena base no mínimo legal - **07 (sete) anos de reclusão, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um deles no valor mínimo, tendo em vista, principalmente, a situação econômica do réu.** Não existem circunstâncias atenuantes ou agravantes, nem causas especiais de diminuição ou de aumento de pena, tornando-se definitiva a pena aplicada. **Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação penal para CONDENAR o acusado VINICIUS DE VASCONCELOS BUENO, qualificado nos autos, como incurso no artigo 157, § 3º, I do Código Penal, a cumprir a pena privativa**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

de liberdade que fixo em 07 (sete) anos de reclusão, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, calculado cada um deles à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na época dos fatos, corrigidos desde aquela data. “Sendo desfavoráveis as circunstâncias judiciais (CP, art. 59) na fixação da pena-base, é apropriado o regime prisional inicialmente fechado para o cumprimento da reprimenda, muito embora a pena aplicada ao paciente se considerada somente seu quantum, permitisse a fixação do regime inicial semiaberto” (STJ, HC 69.923/AL, 5ª T., rel. Min. Felix Fischer, j. 13-2-2007, DJ de 19-3-2007, p. 378). O réu respondeu ao processo em liberdade, de modo que faculto a ele o direito de recorrer sem se recolher à prisão. Oportunamente expeça-se mandado de prisão. Deixo de fixar indenização às vítimas, ante a ausência de elementos suficientes para se apurar o valor do dano. Réu beneficiário da assistência judiciária, sendo, assim, isento de custas processuais. **Publicada em audiência. Comunique-se e intime-se. Saem intimadas as partes presentes. Nada mais.” Este termo é assinado eletronicamente pela MM. Juíza, sendo dispensada pelas partes presentes neste ato a providência do artigo 1.269, § 1º, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado.** Pelo defensor do réu foi declarado que não se conformava com a sentença proferida e que dela quer apelar para a Superior Instância, requerendo seja seu recurso recebido e processado na forma da lei. Pela MM. Juíza foi dito que recebia o recurso e determinava o processamento oportunamente. Eu, Douglas Vaz De Campos Melo, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juíza:

Dra. Promotora:

Dr. Defensor: